



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 3, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 3 - EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.03.13>

Recebido em: **29/08/2020**

Aprovado em: **05/09/2020**

A IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA DAS PINTURAS RUPESTRES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL; THE IMPORTANCE OF THE ROCK PAINTING THEME FOR THE TEACHING OF HISTORY IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL; LA IMPORTANCIA DEL TEMA DE LA PINTURA RUPESTRE PARA LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA ENSEÑANZA FUNDAMENTAL

DELIANE NASCIMENTO TEODORO

<https://orcid.org/0000-0001-5134-1866>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a importância do estudo das pinturas rupestres nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na disciplina de História. A pesquisa foi realizada a partir de um estudo bibliográfico com enfoque na correlação entre Educação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Ensino de História e Pinturas Rupestres, contando também com uma análise de alguns documentos que contemplam políticas públicas no Brasil. A pesquisa justifica-se pela necessidade do entendimento a respeito do valor sociocultural das pinturas rupestres no ato de ensino-aprendizagem tendo em vista o processo de formação identitária para os a. Outro aspecto importante é a possibilidade de ressignificação de pinturas rupestres com o passado e outras possíveis formas de expressão que não se limitam apenas a importância da História, mas, também, com outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Ensino de História. Pinturas Rupestres. Educação.

ABSTRACT

This article aims to understand the importance of studying rock paintings in the Early Years of Elementary Education in the discipline of History. The research was carried out from a bibliographic study focusing on the correlation between Education in the Early Years of Elementary Education, History Teaching and Rock Paintings, also counting on an analysis of some documents that contemplate public policies in Brazil. The research is justified by the need to understand the sociocultural value of cave paintings in the act of teaching and learning in view of the process of identity formation for students. Another important aspect is the possibility of reframing cave paintings with the past and other possible forms of expression that are not limited to the importance of history, but also with other areas of knowledge.

Keywords: Teaching History. Rock Paintings. Education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender la importancia del estudio de la pintura rupestre en los Primeros Años de Educación Primaria en la disciplina de Historia. La investigación se realizó a partir de un estudio bibliográfico centrado en la correlación entre Educación en los Primeros Años de Educación Primaria, Enseñanza de la Historia y Pinturas Rupestres, contando también con el análisis de algunos documentos que contemplan políticas públicas en Brasil. La investigación se justifica por la necesidad de comprender el valor sociocultural de las pinturas rupestres en el acto de enseñar y aprender de cara al proceso de formación de la identidad de los estudiantes. Otro aspecto importante es la posibilidad de replantear las pinturas rupestres con el pasado y otras posibles formas de expresión que no se limitan a la importancia de la historia, sino también a otras áreas del conocimiento.

Palabras Claves: Enseñanza de la Historia. Pinturas Rupestres. Educación.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho surgiu com o objetivo precípua de compreender a importância do estudo das pinturas rupestres nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na disciplina de História e tem como objetivos subsidiários identificar quais momentos os registros rupestres podem ser trabalhados, comprovar a importância do estudo dos desenhos rupestres e analisar a correlação entre as pinturas e o ensino de História.

A pesquisa é justificada pela necessidade do entendimento a respeito do valor sociocultural das iconografias rupestres na escola, tendo em vista a continuação do processo de formação identitária para os alunos, ressignificando a relação com passado e outras possíveis formas de expressão. Estas concepções não se abstêm apenas a importância para a História, mas também a ciência geográfica, a ecologia, o meio ambiente e, sobretudo, a sociedade.

Para a realização desta pesquisa realizamos levantamento bibliográfico em artigos científicos e livros que contemplam a temática da Educação, Ensino de História e Pinturas Rupestres. Também analisamos a Lei de Diretrizes e Bases (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e a Base Nacional Comum Curricular (2018), sendo estes documentos significativos para o auxiliar a compreensão do tema.

O artigo está dividido em 4 partes: na primeira, apresentamos um breve resumo sobre a importância da Educação para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Na segunda, apresentamos uma breve perspectiva relativa à formação de docentes; no terceiro momento do artigo buscamos tecer observações relativas ao percurso da disciplina História; na quarta parte, busca-se apresentar a importância do estudo das pinturas rupestres voltada para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Ensino de História.

Para a possibilidade do entendimento da proposta deste trabalho, faz-se necessário observar que História é vida e toda sua representação importa para seguirmos em busca do conhecimento de nossa própria identidade. Dentre os diversos temas abordados em História, os petroglifos transbordam identidades por tratarem de registros que apresentam os primórdios das formas de expressividade humana, de tal modo a questionarmos como conseguimos, por exemplo, escrever esta pesquisa. Uma das formas representativas de buscar entender a expressividade de um povo é expressando-se por seus próprios modos, neste caso específico, com a escrita acadêmica.

Tendo em vista a dificuldade em encontrar referências que subsidiem a composição deste artigo, pode-se observar que o tema pinturas rupestres com correlação a educação básica e o Ensino de História é, muitas vezes, negligenciado pela academia em suas produções e vivências. Assim, um dos pontos que impulsionam este estudo é a necessidade de produções que detenham uma visão educacional sobre a importância e significados de desenhos rupestres voltados para o Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A temática de pinturas rupestres pertence aos currículos escolares e também têm referências em livros didáticos, porém é necessário analisar a importância de uma concepção mais abrangente correlacionada a formação de professores, refletindo sobre até que ponto eles podem estar conscientes da necessidade do estudo dos pictoglifos e como o ensino superior trabalha estas questões na perspectiva curricular.

Para um trabalho que discorra sobre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental faz-se necessário uma abordagem consciente sobre o público partícipe desse importante momento educacional. Discutimos sobre seres que por tanto tempo são negligenciados, silenciados e subjugados a visões de um mundo que não os incluíram: as crianças e demais discentes dos Anos Iniciais. Por contradito, é nesta fase em que está sendo iniciado o processo de formação identitária, um dos processos mais importantes

da vida humana e por que não falar sobre humanidade durante ele? Eis a importância do estudo relativo às pinturas rupestres nessa fase- fazer o humano aprender sobre si.

As possibilidades de compreensão sobre os registros de outros povos respaldam a sensação de conhecimento e diálogos entre as questões pretéritas e contemporâneas. Nós nos comunicamos, nos expressamos e passamos adiante falas, gestos e trejeitos, porém, muitas vezes ainda nos referimos à identidade dos nossos antepassados como seres inferiores, quando na verdade apenas possuíam outras formas de viver. A possibilidade empírica de alteridade relativa ao ser humano é mister ser sentida por alunos e professores, não só por uma questão histórica, mas também ecológica, identitária e social.

Através da educação mudamos pensamentos e atitudes pelo mundo, não restringindo esse conceito para apenas a educação escolar, mas, também, as percepções que fazem seres humanos viverem em sociedade, repassando, criando e recriando modos de viver. Educar é ressignificar, restituir, restaurar, aprender e ensinar no dia-a-dia em todos os lugares.

2. A EDUCAÇÃO E OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Entende-se que a educação tem sua importância por ser um movimento que possibilita a existência em sociedade uma vez que, de acordo com Brandão (1981 p.7), “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar”, estando presente em todos os momentos da existência humana.

Segundo Àries (1981), até a metade do século XVII, na Europa, a criança era iniciada, na maioria dos casos, em sua vida escolar a partir dos 10 anos e sua divisão em classes escolares só se deu início efetivamente no século XIX. Embora já estivesse sendo analisada as possibilidades de seriações e vida escolar para crianças, pode-se afirmar que essa escola ainda era muito excludente e elitista.

No Brasil, até o final do século XIX, quando tinham acesso à educação escolar, crianças e adultos eram submetidos aos mesmos procedimentos metodológicos, juntos no mesmo ambiente, com os mesmos aparatos educacionais. Todos, dos mais novos aos mais velhos, integravam uma só forma de ensino com direcionamento predominante a concepções sobre a vida adulta. Embora tardia, a democratização do ensino toma proporções globais com o decorrer dos séculos até estas concepções pós-modernas, junto a elas classes e seriações foram desenvolvidas das creches à pós-graduações.

Partindo do pressuposto que o processo educativo vai muito além do ensino, é contraditório apoiar a educação escolar em metodologias pragmáticas de decorar e escrever assuntos transmitidos pelo professor, este possuindo sua autoridade máxima em sala de aula por sentir-se o detentor de todo o saber e subjugar seus alunos. Paulo Freire chamou esse tipo de educação de “bancária”, por ser:

[...] um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. (FREIRE, 1987 p.37)

Este tipo de ensino, muito ligado a concepções arcaicas de uma educação ultra disciplinar, prolifera a hierarquia escolar em sala de aula, reduzindo o papel da escola a uma reprodução conteudista que não busca formar cidadãos críticos e sim submissos às relações de poder em que a elite dominante está sobreposta aos demais.

A realização dessas práticas bancárias de ensino traz consigo a repressão de uma educação que deveria proporcionar liberdade e senso crítico ao educando. No lugar disto, ele é alienado a reproduzir as ideias vindas como “depósitos” de seus professores, fazendo do currículo uma reprodução de intencionalidades dominantes, reforçando sistemas sociais excludentes e

preconceituosos.

A educação passou e passa por diversas transformações a todo o tempo, assim como seu entendimento a respeito dela. No entanto, ainda ocorrem práticas que dividem a grandes distâncias de educadores e alunos, ocorrendo a necessidade de novos métodos para lidar com novas perspectivas educacionais. A inserção de um ensino ligado à identidade, por exemplo, reconfigura a visão sobre o que de fato é a História e quem a faz, transformando o estudante no pivô da aprendizagem.

A proposição de tornar a História como um processo de identidade social e de si é recente, porém, registra sua marca por conseguir desmistificar os conceitos precipitados que a descrevem como uma visão do passado e que busca prever o futuro. De fato, nada tem a ver com profecias e nada a melhor descreve como a metáfora que diz que “a História é filha do seu tempo” sendo assim, fruto do nosso próprio dia-a-dia, de nossos passos, feitos, desfeitos, sensações e sentimentos, onde seu conhecimento pode marcar vidas rumo ao autoconhecimento, tornando-os possíveis sujeitos que participantes e não apenas passivos no processo de ensino-aprendizagem.

Embora alguns passos tenham sido dados rumo a uma educação mais inclusiva e global, questões ainda penumbra o ensino no Brasil como, por exemplo, a formação de professores que muitas vezes distante não ressalta a importância em se afirmar os docentes como principais percussores do ensino.

De nada adianta progressos estruturais inseridos em nível nacional, sem avanços formativos que se apóiem em práticas acessíveis às realidades dos alunos propaguem uma educação horizontal e tornem o ensino um dos principais agentes no processo educativo. Enquanto não existir uma educação de qualidade, abrangente e continuada, pouco será feito pela melhoria do ensino no país.

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para refletir sobre práticas pedagógicas, faz-se necessário o entendimento a respeito do desempenho educativo que engloba não só a aluno, mas também todo o processo de reaprendizagem do professor. Luckesi (2012 p.26), defende a prerrogativa que o ato de educar está intrinsecamente ligado aos nossos entendimentos histórico-transformadores e “em nossas múltiplas relações, estamos dialeticamente situados num contexto educacional. Todos somos educadores e educandos ao mesmo tempo”.

O processo pedagógico é diverso e engloba muitas relações sociais para a sua concretude. Para direcionar a educação escolar são criados projetos, bases, currículos e parâmetros que não só realizam a fundamentação o ensino, como também as práticas pedagógicas. Para corresponder a tais prerrogativas há a necessidade de uma formação continuada como proposto na Lei das Diretrizes e Bases – LDB (1996), na PARFOR - Política Nacional de Formação De Profissionais do Magistério da Educação Básica (2009) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (2017).

Embora existam regulamentações correlacionadas à instrução continuada, a formação em licenciatura plena no país ainda alcança índices insatisfatórios de acordo com o Censo Escolar 2019 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. O documento afirma que cerca de 16% do total de professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não possuem formação no nível superior. Embora seja exigência da LDB que no disposto do artigo 62 estabelece que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros

anos do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 2017)

Diretrizes curriculares, projetos políticos e bases para a formação docente são avaliadas e reavaliadas regularmente. No entanto, ao atingir índices que demonstram de forma insatisfatória a qualidade destas políticas faz-se necessário que existam redirecionamentos que promovam sua efetividade.

Quando a instrução dos professores é posta em prática precisa-se de uma revisão que direcione as políticas educacionais ao provimento de integrações entre a educação básica e do ensino superior. Tais revisões precisam oportunizar o provimento efetivo da formação de educadores que atuam no magistério de tal forma a proporcionar uma formação de qualidade frente aos desafios do espaço escolar.

É possível prover integrações mais efetivas através da dinamicidade entre teoria e prática que possibilitam a reorganização e quebra de uma grande lacuna no ensino, que tenta realizar uma formação apenas por conhecimentos teóricos. Freinet (2004 p.38) afirma que é infeliz a educação que “pretende, pela explicação teórica, fazer crer aos indivíduos que podem ter acesso ao conhecimento pelo conhecimento e não pela experiência”, sendo assim, os apoiadores da teorização da educação pouco ou nada fazem por ela, pois pouco fazem sabem a respeito da realidade sobre o ensino. De tal modo, é de extrema importância a promoção dessa união desde a realização de cursos de licenciaturas.

Na intencionalidade de um desenvolvimento teórico e prático do ensino superior, em 2009, surge a PARFOR - Política Nacional de Formação De Profissionais do Magistério da Educação Básica, com o objetivo de oferecer formação inicial e continuada para professores atuantes na rede básica de ensino. A criação de tal política foi de grande valia, não só para os professores que não possuíam formação como também para estudantes do ensino superior.

Um dos principais incentivos trazidos através da PARFOR são os: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e o Residência Pedagógica – RP promovidos pela CAPES. Estes programas constituem um grande incentivo a união entre os estudos teóricos e o exercício da docência dentro das instituições de ensino superior proporcionando uma relação direta entre estudantes do nível superior e escolas públicas da educação básica.

A relação teoria e prática aplicada a partir de programas no ensino superior brasileiro é de grande valia para a formação docente. O apego de docentes e discentes a teorias metodológicas como principal aparato para sua consolidação como educador precisa ser observado com grande cautela, de tal forma a analisar as consequências desse distanciamento entre graduandos e práticas pedagógicas. Quando egressos do ensino superior, resultantes dessa teorização do ensino são postos em sala de aula sentem-se perdidos e possibilitam uma insatisfação que atinge desde os alunos aos professores.

No Brasil, em 2019, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Ambos projetos de formação docente resplandecem à luz da BNCC visando a obtenção, pelo licenciado, das competências gerais previstas na Base e um desenvolvimento profissional continuado com foco nas novas percepções educacionais brasileiras.

Desde a consolidação da BNC-Formação como objeto direcionador da instrução continuada aos docentes é necessário rever a viabilização e democratização desta, uma vez que algumas poucas escolas têm acesso a tais aparatos formativos. Posto isto, é nítido que essas políticas de formação e reformulação educacionais pouco ou nada alteraram em muitas instituições escolares pelo Brasil, fazendo necessária a reflexão sobre quando serão formados professores de forma efetiva que alcancem todos estes objetivos historicamente acumulados?

Embora existam políticas de formação continuada, como o PARFOR, e projetos que visam

incentivar o estudo para atuantes e futuros professores, é possível fazer uma análise que demonstre que ainda não se tem medidas com eficácia comprovada, pode-se levar em conta o exemplo dos índices de professores que não possuem formação superior e atuam na educação básica.

Ainda precisa ser levado em consideração as práticas pedagógicas desses professores, aliás, a principal utilidade da criação de bases e diretrizes é buscar da ampliação da possibilidade de aprendizagem consciente e cidadã, de tal forma a atingir todos os alunos em nível nacional quanto aos assuntos pré-estabelecido. Esta unificação não é possível enquanto não existir uma formação consolidada, sobretudo, no ensino de História.

Marc Bloch (2001) afirma que a História é a “ciência dos homens, no tempo” que estuda ele e sua ação no espaço. Esse entendimento parece ser desconhecido para os que ainda julgam esta área de conhecimento como, apenas, “o estudo de coisas obsoletas”. Professores que partem dessa prerrogativa nada conhecem sobre História e as consequências deste ensino despreparado geram conceitos que impossibilitam a geração significados e significantes entre o ensino e vida dos envolvidos nesta prática.

4. O ENSINO DE HISTÓRIA

Por ser escrita e reescrita várias vezes e por diversas pessoas, as visões sobre a História mudam de tempos em tempos e acompanha as necessidades sob a ótica da sua época, sendo balanceado entre os interesses e intencionalidades em busca de uma adequação a sentidos e valores existentes nos períodos em que transcorrem. Por este motivo, é preciso cuidado ao julgar diferentes povos por concepções pessoais, uma vez que existem diversas Histórias impregnadas de valores que não podem ser desmerecidos pelas lentes homogêneas de quem as quer enxergar.

A História se consolida pela alteração causadas em diferentes esferas por tudo que sofre mudança. Por muitos anos, seu estudo foi conhecido como o entendimento do passado e pouco se era associado ao presente. Posteriormente, passou a ser vista como um conhecimento linear e progressivo fruto de um positivismo histórico, chegando até então a desmistificação desta ciência como uma entidade condutora da humanidade e o entendimento sobre homem em trajetória que busca da sua própria razão de ser. (BORGES, 1987)

Por ser uma ciência, a História coexiste às transformações em diferentes perspectivas, sendo assim, o ensino deve ser guiado e direcionado ao entendimento do homem como ser histórico e social que faz, consome e transforma visões. Bittencourt (2004 p.17), aponta que as transformações substantivas em disciplinas escolares acontecem de acordo com a diferenciação do público e suas necessidades socioculturais, mudando as finalidades deste ensino. A maioria das propostas curriculares, para o Ensino de História, são voltadas a formação do pensamento crítico e a busca pelo reconhecimento do aluno como ser histórico.

A educação escolar relacionada a uma prática de ensino democrática realiza um papel extramuros possibilitando modificações sociais e relações interpessoais. Ao se tratar da História e seu estudo dentro instituições de ensino é possível prover visões de percepção que categorizem um marco temporal em respeito a própria vida, a dos seus semelhantes e de seus antecessores.

Segundo os autores Vieira e Tonissio (2018 p.22) a História enquanto disciplina “tem como objetivo possibilitar a formação do aluno enquanto sujeito de sua própria História e favorecer a compreensão sobre o contexto em que está inserido”. Trabalhando, além do ensino pragmático, questões que sensibilizem pessoas para gerar uma alteração social como, por exemplo, as questões identitárias inseridas no Ensino de História que podem percorrer caminhos para o autoconhecimento pertencimento.

Segundo Borges (1987, p. 54), a finalidade da História é estudar e analisar o que aconteceu e acontece com os homens, longe de ser uma análise que busque filosofias de vida, mas sim o

entendimento concreto sobre o que se passa com eles. Por este motivo ela é constantemente reescrita pelo simples fato de alterações em detrimento a mudança da sociedade. De tal forma, faz-se necessário a busca por novos métodos e pensamentos para reescreve-la, pois todos possuem histórias que formam grupos, contextos e sociedades.

No Brasil, o ensino de História foi reconhecido por lei pela primeira vez em 1827 pelo Decreto da Escolas de Primeiras Letras onde propõe o ensinamento da História do Brasil, desde então a educação escolar passa por diversas alterações.

Em 1961, é publicada a primeira versão da Lei das Diretrizes e Bases onde é visto como um passo à frente para a garantia do ensino de qualidade, gratuito e obrigatório onde é consolidado em 1996. À luz desta lei surgem as DCN (homologada em 1998 com sua última atualização em 2013) que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica, onde refere-se ao Ensino de História como contribuidor em processos identitários.

Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias (BRASIL, 2013)

Desde sua aparição em lei, o ensino de História no Brasil passa por um pêndulo que, até o final do século XIX, entre o que é chamado de História sagrada a profana (PCN, 05; 1997 p.20), enquanto a primeira possuía o intuito de catequisar a segunda era utilizada para a disseminação de civismos. Ademais, o ensino de História passa por diversas reformulações até ser teoricamente extinto durante a ditadura militar.

Com a substituição por Estudos Sociais os conteúdos de História e Geografia foram esvaziados ou diluídos, ganhando contornos ideológicos de um ufanismo nacionalista destinado a justificar o projeto nacional organizado pelo governo militar implantado no País a partir de 1964. (BRASIL, 1997)

Com o processo de democratização do Estado e escassez de profissionais para o ensino dos Estudos Sociais, retornou-se o ensino de História e geografia com uma perspectiva voltada a realidade do aluno e o incluindo no processo de aprendizagem, diminuindo assim a diferença que existia entre a vida e a História como disciplina escolar formando um dos principais objetivos as reflexões sobre identidade.

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. (BRASIL, 1997)

Os PCN foram vistos por muito tempo como ponto de partida para a concepção de um ensino de História dentro da escola, porém apenas em 2017 ocorre a homologação do documento que fundamenta por lei conteúdos e práticas para a educação básica. Analisando que se passaram cerca de 20 anos para a consolidação/elaboração de um novo documento norteador dos conteúdos e práticas de ensino, o que haveria alterado com o surgimento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC?

A Base precedeu os currículos estaduais, trazendo novas perspectivas que passam por habilidades e competências com o objetivo de dinamizar e atualizar os currículos quanto às necessidades atuais dos alunos, sendo descrita pela própria BNCC (2018 p.5) como “um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o

futuro”.

Como se pode observar, a História passou por diversas modificações, não só curriculares, mas, também, nas formas de abordagens. Por ser reescrita de tempos em tempos, moldadas por diferentes perguntas e olhares divergentes, afirmando a prerrogativa de que a ciência História é feita de acordo com seu tempo sendo os estudos sobre percepções anteriores necessários para o entendimento do homem e a sociedade.

Para o conhecimento do homem e suas relações, é necessário também lembrar da sua interação com a natureza. O entendimento da dinamicidade entre o ser humano e o meio ambiente revelam condições de existência, estilos de vida, movimentos das sociedades, costumes e tradições. Assim, registros deixados por nossos antepassados podem ser analisados como fonte de História de vidas anteriores, tomando como exemplo as pinturas rupestres.

5. A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS PINTURAS RUPESTRES NO ENSINO DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O homem em sua integridade sempre buscou aspectos variados que possibilitem e explorem suas diversificadas formas de expressividade e vida humana. Através dos seus rastros deixados por anos no planeta Terra, estes aspectos pertencentes a um povo contam histórias, que a partir de nossas interpretações impossibilitam o entendimento do seu significado lógico e estático. A exemplo disto podemos citar as pinturas rupestres que registram a vida e seus significados, porém não é possível e, talvez, nem necessário uma tradução prática e objetiva.

Religião, rabisco, diversão, marcação de território, astronomia, comunicação, animais, vegetação, representações humanas e outras tantas especulações tentam entender os significados das pinturas rupestres. A ciência tenta buscar explicações para tais registros, no entanto como seríamos capazes de impormos significados contemporâneos a acontecimentos pretéritos dos quais não possuímos formas de dialogar com eles?

Para o estudo dos povos que antecedem a invenção da escrita, uma das grandes contribuições são as pinturas rupestres, nomenclaturas também como desenhos rupestres, inscrições rupestres, pictografias rupestres, pictoglifos, entre outros nomes que são direcionados ao mesmo objeto: as inscrições sobre suportes rochosos.

Uma das grandes contribuições do estudo dos petroglifos é a possibilidade de uma investigação sobre rotas, lugares e paisagens feitas e diversificadas pelos nossos antepassados. Marcando uma História e deixado, por diversas gerações, seus rastros que são fontes de aprendizados e especulações.

Todo estudo e embasamento correlacionado às inscrições rupestres partem de objetos materiais produzidos por nossos antepassados, paisagens onde por eles foram frequentadas, restos mortais e especulações com fundamentos científicos consideráveis. Sendo os pictoglifos as mais próximas representações que possibilitam a visualização de algum tipo de demonstração sobre a expressividade humana e dão a possibilidade de supor seus significados.

Os povos que antederam a invenção da escrita possuíam outro estilo de vida, não faziam registros de forma que nos possibilite afirmar suas pretensões. A indisponibilidade de fontes e arquivos escritos para a pesquisa das pictografias rupestres, faz com que o estudo sobre elas sejam realizados a partir da conotação subjetiva, que talvez nunca consigamos abandonar.

No Brasil, as pinturas rupestres são reconhecidas como patrimônio material e de acordo com a Lei nº 3.924/61 que as colocam sob guarda do Poder Público, sendo considerada, no artigo 2º, como um dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos em que a referida presta tutela. Sendo assim, ao fazermos referência a educação patrimonial também estamos falando sobre o ensino e incentivo ao reconhecimento histórico das pinturas rupestres, como bens culturais que compõe uma passagem

histórica importantíssima para a vida humana.

Segundo a Portaria nº 375 , que “institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências”, a preservação do patrimônio cultural material está relacionada, principalmente, à educação patrimonial pelo seu caráter transversal que possibilita uma ligação com diferentes áreas do conhecimento, promovendo amplo entendimento em questões que unam aspectos sobre ecologia, identidade, preservação e sociedade. Tais características compõem um estudo que busca entender o indivíduo em sua totalidade.

É essencial observar fatores naturais para entender o homem em sua complexidade. A paisagem é um ponto chave da cultura, mas como compreender a paisagem de um povo anterior a nós? Para tanto, estudos arqueológicos e geográficos a respeito da paisagem trazem respostas a tal pergunta.

Para a Arqueologia, sobretudo a pré-histórica, a reconstrução dos sentidos êmicos dados ao lugar, ou a paisagem, não é acessível pelo fato dos grupos não existirem mais. Todavia, tal aplicação não é impossível. A execução de um enfoque regional pode ser a resposta para a busca do significado nas relações homem versus natureza. (FAGUNDES, 2014 p. 37)

Além da percepção arqueológica, a ciência geográfica conta com essencial influência na percepção das paisagens. Estudos de Fagundes (2014, p.39) afirmam que a paisagem geográfica é o “resultado da ação da cultura ao longo do tempo sobre o meio natural, havendo uma modificação da morfologia física por intermédio da cultura”. Apoiando-se nesta afirmação podemos analisar o enredo que proporciona um amplo estudo sobre as sociedades e suas transformações nas mais diversificadas áreas do conhecimento.

A construção de uma paisagem transfigura sobre as relações com elas existentes. O homem quando busca construir seus espaços os modifica e deixam rastros, como os desenhos rupestres que, por sua carga subjetiva, trazem imagéticas visões sobre seus valores e significados. Grande parte deste entendimento é possível devido às suas percepções paisagísticas, que são construídas através da mudança que o homem exerce sobre o espaço em que se encontra, sendo configurada como uma das formas de identidade humana em relação ao seu meio.

A busca pela identidade é inerente ao homem. Encaixamo-nos em relações e socializações que nos motivam e nos causam uma sensação de pertencimento. Preservamos o que conhecemos e temos apreço, valorizamos o que gostamos e sensibilizamos, voluntária ou involuntariamente nossos pares estão diretamente ligados às nossas preferências. Portanto, devemos conhecer para nos tornarmos parte e nada mais adequado que compreender a História que integra o nosso presente.

O ser humano busca o autoconhecimento, consciente ou inconscientemente, a humanização da vida humana é um processo que se enquadra desde os primórdios à pessoas e o conhecimento de si, sendo assim se nasce uma interrogação, um ser em busca do que é e no entendimento de tudo em que o retoma. (BAHIA E OOSTERBEEK, 2014)

Para além da percepção arqueológica e geográfica das pinturas rupestres, faz-se necessário analisar a importância humanitária em se estudar as iconografias deste período “pré-histórico” até o *homo sapiens sapiens*. A passagem do ocre ao lápis precisa ser entendida pelas suas diversidades expressivas que constituem seus povos e suas culturas, para que assim seja passado seu conhecimento sobre ela.

Para maior aproximação com aspectos identitários é necessário o entendimento que, de acordo com Fagundes (2013 p.200), “ensinar o respeito ao passado, mais do que sua simples valorização, é contribuir para a formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório e descartável”, valorizando os primórdios de sua espécie e o engajamento que gerou o que hoje chamamos de sociedade.

O tempo histórico que está relacionado a um passado distante, remetendo a ideia de surgimento do homem, é chamado, comumente, de “pré-História” termo este que precisa de atenção ao ser abordado. Quando levado ao pé da letra pode-se correlacionar a não existência de uma História anterior e nos faz negar nossa própria existência, ideia compartilhada por Bahia e Oosterbeek (2014 p.143) ao afirmar que “fragmentar os conhecimentos, contá-los a partir do nascimento de uma História escrita, seria negar a própria existência”.

O estudo das pinturas rupestres, principalmente nos Anos Iniciais da Educação Básica, pode ser gerenciado e reconhecido pelo seu potencial interdisciplinar de forma a reafirmar existências, correlacioná-las com a própria identidade dos envolvimento nas práticas educacionais, reconfigurando relações com o meio e seus patrimônios.

A História trabalhada nos Anos Iniciais deve ser direcionada, segundo a BNCC (2018 p. 353), para a compreensão do tempo e do espaço, no sentido de pertencimento a uma comunidade que engloba a família, amigos, vizinhos, bairro, cidade, entre outros aspectos primários para a concepção do “ser cidadão” compreendendo também a concepção da diversidade e pertencimento.

Como já ressaltado, a educação patrimonial possui uma vasta importância e comprometimento em busca de uma preservação. Sendo assim, é natural a sua aparição em praticamente todas áreas de conhecimento trazidas pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC onde proporciona mais brechas para as pinturas rupestres aparecerem em PPCs – Propostas Pedagógicas Curriculares das instituições de ensino em diversas disciplinas e diferentes anos.

A escola tem autonomia na construção de suas propostas curriculares desde que estejam alinhadas aos parâmetros exigidos nacionalmente, sendo assim é possível que ainda com uma Base, que propõe regulamentar o ensino brasileiro de forma igualitária, existam diferentes temas e diferentes comunidades pela adaptabilidade da escola ao seu meio social. Destarte, é importante salientar que o aproveitamento de conteúdos curriculares está ligado diretamente a uma sequência hierárquica iniciada pelo poder público e que se encerra com a relação de ensino-aprendizagem inerente aos princípios do ato pedagógico.

A BNCC expressa nos seus principais objetivos para o Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como uma construção identitária do aluno compreendendo a diversidade e seus processos culturais desde sua localidade à concepção de povos anteriores a nós. No que diz respeito aos desenhos rupestres a Base traz objetos de conhecimento e habilidades que possibilitam a inserção ao tema desde o 3º ano do Ensino Fundamental no Ensino de História. Vejamos:

Tabela 1 – Possibilidades de trabalho com as pinturas rupestres no Ensino de História.

| CÓDIGO | UNIDADE TEMÁTICA | OBJETOS DE CONHECIMENTO | HABILIDADES | SÉRIE |
|-----------------|---------------------|--|--|-------------------------------------|
| EF03HI04 | O lugar em que vive | A produção dos marcos da memória: formação cultural da população | Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados. | 3º ano do Ensino Fundamental |
| EF04HI01 | | A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, | Reconhecer a História como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças | |

| | | | | |
|-----------------|--|--|---|-------------------------------------|
| | Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos | navegações, indústria, entre outras | e permanências ao longo do tempo. | 4º ano do Ensino Fundamental |
| EF04HI02 | | O passado e o presente: a noção de permanência e as lentas transformações sociais e culturais | Identificar mudanças e permanências ao longo do tempo, discutindo os sentidos dos grandes marcos da História da humanidade (nomadismo, desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, criação da indústria etc.). | |
| EF04HI04 | Circulação de pessoas, produtos e culturas | A circulação de pessoas e as transformações no meio natural | Identificar as relações entre os indivíduos e a natureza e discutir o significado do nomadismo e da fixação das primeiras comunidades humanas. | 5º ano do Ensino Fundamental |
| EF05HI01 | Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social | O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados | Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado. | |
| EF05HI05 | | Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas | Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica. | |
| EF05HI10 | Registros da História: linguagens e culturas | Os patrimônios materiais e imateriais da humanidade | Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo. | |

Fonte: elaborada pelos autores com referência a Base Nacional Comum Curricular (2018).

Pode-se observar o grande impulso para as questões identitárias na BNCC para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, no geral, para a busca e compreensão do meio o que tende à uma sensação de pertencimento social. Em todos os códigos listados é possível o envolvimento das pinturas rupestres nas práticas pedagógicas para o Ensino de História contemplando as habilidades pretendidas.

Os vestígios que o Homem deixou são parte da nossa História, de uma Pré-História que precisamos dar a conhecer também às crianças; é o Tempo não antes do tempo, mas num tempo que não se escreveu, num tempo de oralidade e de elementos que se multiplicam dia-a-dia na trajetória de vida de um lugar, de uma comunidade. (BAHIA E OOSTERBEEK, 2014)

O estudo de uma vida “pré-histórica” é de extrema importância na concepção identitária do discente e, de forma singular, na perspectiva da construção do respeito, humanização e empatia com seus semelhantes de outros tempos e outros lugares. É uma boa oportunidade para possibilitar maiores movimentos de pertencimento do ser humano sem subjugar os períodos históricos.

Outro aspecto não menos importante se refere às múltiplas possibilidades da compreensão de temáticas relacionadas com as pinturas rupestres. Olhares atentos a desenhos da fauna, flora, do cotidiano e/ou representações de si e de próximos deixados pelos nossos antepassados são signos importantes da convivência com o meio, com seus próximos que configuram as diferentes formas de expressões vinculadas diretamente ao seu tempo, ao seu espaço e aos seus cotidianos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um dos principais mecanismos que mantêm uma sociedade em seu funcionamento, gerenciando o prosseguimento de culturas, sendo ela a principal fundante da passagem de conhecimentos, misticismos, teorias e práticas que compõem a experiência de uma vida em comunidade. A educação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental traz consigo a responsabilidade de formar seres que continuam e constroem juntos a progressão social, sendo a fase percussora de construção da identidade ecológica, social e histórica.

O ensino, por sua vez, dispõe de características específicas para alcançar objetivos predeterminados, tem o propósito de cumprir normas e currículos educacionais do nível municipal ao federal, porém, a liberdade metodológica em sala de aula ainda é de autonomia do professor o que proporciona um ensino livre e democrático. Assim, a formação continuada de professores é de extrema importância para o progresso positivos dos sistemas educacionais.

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no que concerne o Ensino de História, são tratados, de acordo com a Base que rege o ensino brasileiro na atualidade (BNCC), com um foco primordial no desenvolvimento identitário e relações de pertencimento da criança sobre seu meio, trazendo consigo questões que remetem às povoações pretéritas e contemporâneas, além de sobrealçar questões como movimentos da sociedade que compõe a qual eles pertencem.

Os registros rupestres são de extrema importância para a arqueologia, porém não só ela é responsável pelo seu estudo e disseminação de conhecimento. Para falar de um estudo abrangente e eficiente no cumprimento do humano e seu conhecimento de si, é pertinente olhares relativos a abordagens interdisciplinares no ambiente escolar, que mesmo quando trabalhado no Ensino de História que possam ser contemplados saberes relacionados a outras áreas do conhecimento.

Práticas interdisciplinares que englobem o ensino sobre as pinturas rupestres tem potencial para trazer consigo a possibilidade de olhares de pertencimento, identidade, respeito humano e até mesmo de maior abrangência da sociedade. Quando possível a sua relação de forma clara e concisa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pode redirecionar as práticas e desenvolvimento das disciplinas, já que este conteúdo pode estar presente em praticamente todo o percurso dos anos que compõem esta importante etapa da educação.

É imprescindível ressaltar que o tema pinturas rupestres, correlacionados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na disciplina de História, ainda possui um grande apanhado teórico e metodológico a ser investigado, trazendo uma certa urgência na produção científica correlacionando múltiplos saberes sobre essa temática.

A necessidade de pesquisas acadêmicas voltadas ao ensino sobre as pinturas rupestres está fortemente ligada a inserção destas discussões dentro da academia que, por sua vez, deve valorizar este tema na formação de professores com o propósito de viabilizar de forma mais efetiva essa reflexão nas ações de ensino e aprendizagem.

Considerando desafios inerentes a construção de novos saberes que o processo educativo tem como fim, práticas pedagógicas reflexivas podem possibilitar aprendizagens que permitam compreender a importância dos estudos históricos, bem como, desmistificar visões preconceituosas sobre relações

dos nossos antepassados e seus modos de vida que influenciam os seres humanos até os atuais tempos. Assim, nos é permitido afirmar que o propósito da educação, desde que seja reflexiva e responsável com a construção de uma visão cidadã, tem vasto potencial de tornar seus partícipes em seres críticos e conscientes de si e dos demais integrantes da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- BAHIA, Izabela; OOSTERBEEK, Luiz. Socialização do conhecimento na educação: o estudo da pré-História nas séries iniciais do ensino formal. **Cadernos do Lepaarq**, v. XI, ed. 21, p. 139-155, 2014.
- BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 11-27.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 12^a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, Congresso Nacional, 1961.
- BRASIL. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 2018. Seção 1 p. 7-11.
- BRASIL. **Política Nacional De Formação De Profissionais Do Magistério Da Educação Básica**. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília, 2009.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 2019.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2018.
- BRASIL. **Censo Escolar 2019**. Brasília: pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2019.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2013.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN: História e geografia**. 5. ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1997.
- FAGUNDES, Marcelo. Arqueologia e educação—programa “Arqueologia e comunidades” para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 11, n. 1, p. 199-216, 2013.

FAGUNDES, Marcelo. Natureza e Cultura: estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem nas ciências humanas. **Revista Tarairiú**, Campina Grande, v. 1, n. 7, p. 32-54, jan. 2014.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom senso**. 7. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2004

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da didática na formação do educador. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Didática em questão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 25-34.

VIEIRA, Angélica Catarino; TONIOSSO, José Pedro. **O ensino da História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**: concepções dos professores sobre a prática em sala de aula. Cadernos de educação: ensino e sociedade, Bebedouro SP, 5 (1): 22-42, 2018.

*Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
delianascimento71@gmail.com.

**Paulo Heimar Souto. Orientador, licenciado em História e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
heimarphs@hotmail.com.